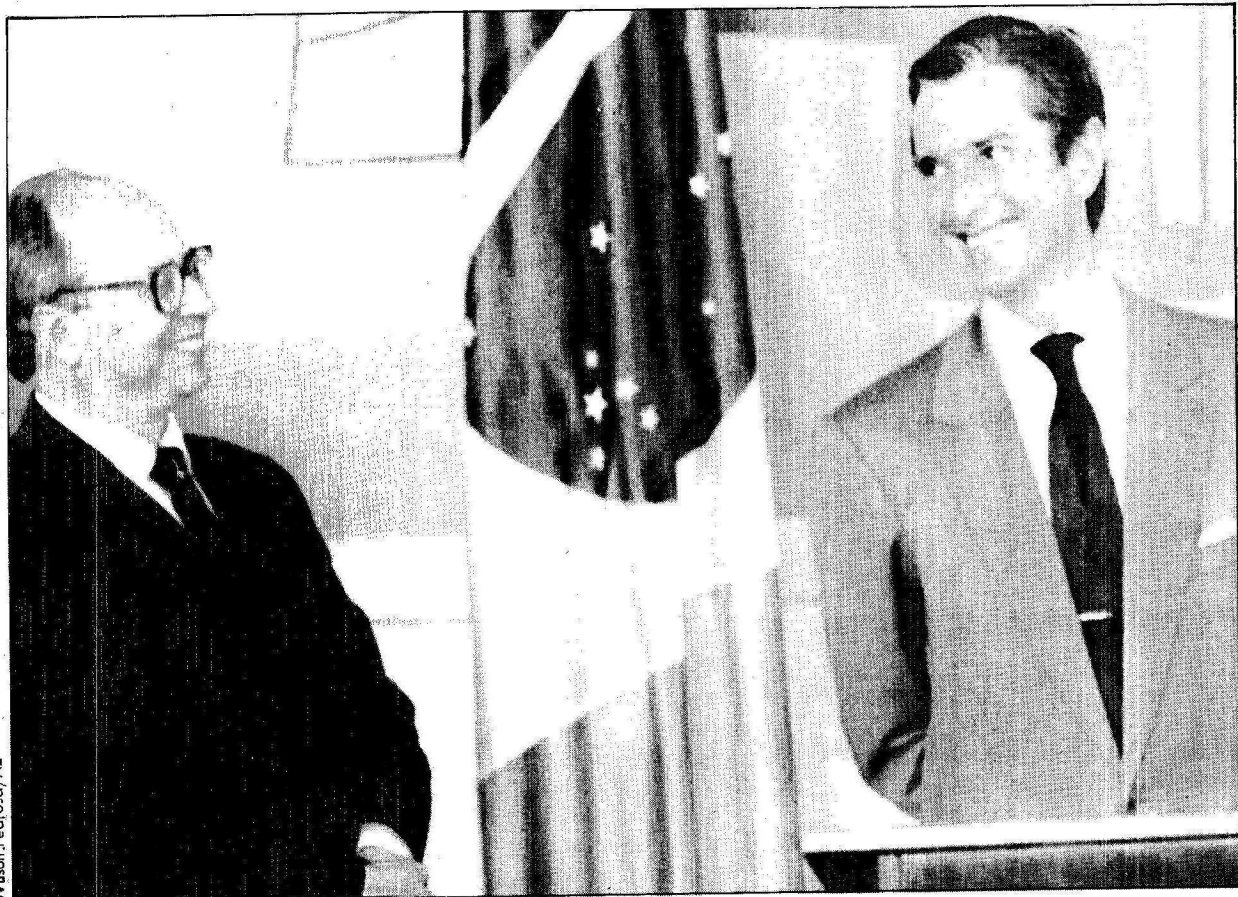




Para Collor e Marcílio, País normalizará relações financeiras internacionais.

COLLOR: ARRUMAR A CASA.

Acordo termina com uma penosa novela, diz o presidente.

Após uma série de pronunciamentos nos últimos meses para se defender das denúncias contra o seu governo, o presidente Fernando Collor falou ontem durante nove minutos e quarenta e um segundos em cadeia de rádio e televisão e deu "boas notícias" para o País: o fechamento do acordo da dívida com os bancos particulares. "O acordo põe um ponto final na longa e penosa novela das nossas relações com a comunidade financeira internacional", afirmou Collor. Ele lembrou que o acordo com os credores refletia ainda a confiança da comunidade internacional no futuro da economia do País. "Ganhamos um tempo precioso para arrumar nossa casa", disse o presidente. E disse que o próximo passo será o ajuste fiscal.

O presidente aproveitou para dar um recado aos integrantes do que vem chamando de "Sindicato do Golpe", durante o pronunciamento que fez ontem para dar explicações aos trabalhadores e donas de casa sobre o acordo "inovador e com as melhores condições obtidas por qualquer outro país". "Com confiança e muito trabalho haveremos de superar e esgotar todos os problemas políticos com que alguns pretenderam imobilizar o seu, o nosso governo, e não conseguiram, nem irão conseguir", afirmou.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, disse no final da tarde de ontem, no Rio, que o fato de o Brasil ter fechado acordo com os bancos credores não significa, a curto prazo, ingresso de no-

vos recursos no País. Segundo ele, o acordo definitivo só será fechado em janeiro e as condições de pagamento precisam ser aprovadas pelo Congresso. Pelas suas previsões, o documento final deverá ser enviado ao Congresso em agosto. Os bancos credores, segundo ele, abriram mão de 35% do total da dívida e "seria demais esperar novos recursos". Gros afirmou que os negociadores devem iniciar agora os acordos com os 400 bancos credores quanto à forma de pagamento das garantias de US\$ 3,2 bilhões mas admitiu que o Brasil acabou aceitando pagar a metade deste total com recursos próprios e o restante com recursos oriundos do FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.